



67

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

HABEAS CORPUS Nº 0002381-45.2014.8.17.0000 (0329567-8)

COMARCA: São Joaquim do Monte – Vara Única
IMPETRANTE: Diego Roberto Cavalcante de A. Ugiette
PACIENTE: Fábio dos Santos da Cruz
PROCURADOR: Dr. Adalberto Mendes Pinto Vieira
RELATOR: Des. Nivaldo Mulatinho Filho
RELATOR SUBSTITUTO: Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. DOIS HOMICÍDIOS DUPLAMENTE QUALIFICADOS E DUAS TENTATIVAS DE HOMICÍDIOS DUPLAMENTE QUALIFICADOS. EXCESSO DE PRAZO. COMPLEXIDADE DO FEITO. PLURALIDADE DE RÉUS. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DOS REQUISITOS AUTORIZADORES PARA A MANUTENÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR. NÃO CONFIGURADO.

I - Os prazos processuais não são peremptórios, ou seja, não resultam de uma simples operação aritmética, devem prosseguir dentro do princípio da razoabilidade. Exige-se, acima de tudo, prudência na aferição das circunstâncias e justificativas inerentes a cada caso.

II - Não se vislumbra constrangimento por excesso de prazo na formação da culpa quando o processo se desenvolve com a regularidade possível, com a realização dos atos instrutivos em tempo razoável, não havendo desídia da autoridade judiciária ou qualquer expediente protelatório que pudesse caracterizar a aludida coação.

III - Os argumentos trazidos pela Defesa, quanto à ausência dos requisitos autorizadores para a decretação e manutenção da prisão preventiva, não foram demonstrados com clareza, de forma indubitosa, legitimando a Decisão proferida em 1º grau. Salienta-se que não cabe na via estreita do presente *writ* aprofundar-se no exame da prova, mas tão somente, efetuar-se uma análise sumária dos documentos que foram colacionados.

IV - Ordem Denegada. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos nos presentes autos de *Habeas Corpus* nº 0329567-8, no qual figura como parte a acima nomeada, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal, do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à **unanimidade, em denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este julgado.

Recife/PE, de 06 de 2014.

Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima
Relator Substituto



48

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

HABEAS CORPUS Nº 0002381-45.2014.8.17.0000 (0329567-8)

COMARCA: São Joaquim do Monte – Vara Única
IMPETRANTE: Diego Roberto Cavalcante de A. Ugiette
PACIENTE: Fábio dos Santos da Cruz
PROCURADOR: Dr. Adalberto Mendes Pinto Vieira
RELATOR: Des. Nivaldo Mulatinho Filho
RELATOR SUBSTITUTO: Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

RELATÓRIO

Trata-se de *Habeas Corpus* Liberatório, com pedido liminar, impetrado em favor de **Fábio dos Santos da Cruz**, qualificado às fls. 02, apontando como autoridade coatora o **M.M. JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO JOAQUIM DO MONTE - PE**, com fulcro no art. 5º, inciso LXVIII, da Constituição Federal c/c art. 647 e 648, inciso II do Código de Processo Penal, nos autos da **Ação Penal nº0000138-20.2010.8.17.1310**, pela prática delitiva tipificada no art. 121, §2º, I e IV (duas vezes - **Homicídio Duplamente Qualificado**) e 121, §2º, I e IV c/c art. 14, inciso II (duas vezes - **Tentativa de Homicídio Duplamente Qualificada**), todos do Código Penal.

Alega o impetrante (fls. 02/06) que no processo originário existem corréus que respondem em liberdade, sendo negado ao paciente o direito de ser beneficiado da mesma forma. Aduz que o paciente se encontra custodiado provisoriamente há quase 03 (três) anos, ultrapassando todos os prazos processuais e caracterizando excesso de prazo na formação da culpa.

Afirma que o paciente é primário, possuidor de bons antecedentes e residência fixa como requisitos subjetivos favoráveis à concessão da ordem, além da ausência de motivação para a manutenção da sua custódia cautelar.

À impetração foram colacionados os documentos de fls. 07/10.

Em continuidade, foi **Indeferido** o pedido liminar (fls. 23/24), ante a ausência dos requisitos necessários a sua concessão e **oficiado** o



49

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

M.M. Juízo singular para prestar informações pormenorizadas sobre as alegações constantes da petição inicial (fls. 25).

Em 30/08/2013, através de ofício 1.180/2014.0081.001180 (fls. 31/38) foram prestadas informações atualizadas e pormenorizadas pela indigitada Autoridade Coatora.

Nesta Instância, a douta Procuradoria de Justiça, na pessoa do Dr. Adalberto Mendes Pinto Vieira, pronunciou-se, preliminarmente, pelo não conhecimento e, no mérito, pela **denegação** da ordem (fls. 41/43v).

É o relatório.

Recife/PE, 18 de  de 2014.


Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima
Relator Substituto



50

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

HABEAS CORPUS Nº 0002381-45.2014.8.17.0000 (0329567-8)

COMARCA: São Joaquim do Monte – Vara Única
IMPETRANTE: Diego Roberto Cavalcante de A. Ugietto
PACIENTE: Fábio dos Santos da Cruz
PROCURADOR: Dr. Adalberto Mendes Pinto Vieira
RELATOR: Des. Nivaldo Mulatinho Filho
RELATOR SUBSTITUTO: Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

VOTO DO RELATOR

Trata-se de *Habeas Corpus* Liberatório, impetrado sob a alegação de excesso de prazo na formação da culpa, caracterizando, assim, constrangimento ilegal na manutenção da sua custódia cautelar pela indigitada autoridade coatora.

Não consta nos autos cópia da Denúncia.

O Togado Monocrático, em suas informações (fls. 31/38), relata detalhadamente o andamento do processo originário, cientificando da complexidade do feito por se tratar de 07 (sete) réus. Informa ainda que 06 (seis) réus foram pronunciados, incluindo o ora paciente, tendo apenas 01 (um) réu sido impronunciado.

Em sede de parecer (fls. 41/43v) a douta Procuradoria suscita preliminar de prejudicialidade do *writ*, por entender que sobre presente *mandamus* incide a súmula nº 21 do STJ, uma vez que fica superada a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo na instrução criminal, quando pronunciado o réu.

Da mesma forma, diante de simples leitura das fls. 31/38, informações da Autoridade Coatora, denota-se a complexidade do feito pela pluralidade de réus, de volumes e de diversos pedidos e diligências no processo originário, justificando assim, uma dilação maior dos prazos processuais e da formação da culpa.

Pronunciou-se novamente a douta Procuradoria de Justiça, às fls. 43, relatando: *"a presença de vários réus; pedidos de liberdade provisória e revogação da preventiva; trocas de advogados; muitos interrogatórios, testemunhas e informantes; petições solicitando*



51

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

transferências de denunciados; vários pareceres do Ministério Público de 1º Grau; expedições de ofícios e cartas precatórias; realizações de laudos médicos entre outros atos processuais". E complementa: "não se verifica, indícios de desídia do Estado-Juiz, que tem sido diligente no andamento do feito, seguindo o processo seu curso normal".

Portanto, os argumentos trazidos pela Defesa, quanto à ausência dos requisitos autorizadores para a decretação e manutenção da prisão preventiva, não foram demonstrados com clareza, de forma indubitosa, legitimando a Decisão proferida em 1º grau. Salienta-se que não cabe na via estreita do presente *writ* aprofundar-se no exame da prova, mas tão somente, efetuar-se uma análise sumária dos documentos que foram colacionados.

Como se sabe, os prazos processuais não são peremptórios, ou seja, não resultam de uma simples operação aritmética, devem prosseguir dentro do princípio da razoabilidade. Exige-se, acima de tudo, prudência na aferição das circunstâncias e justificativas inerentes a cada caso.

Em face do princípio da razoabilidade, nos termos do art. 5º, inciso LXXVIII da Carta Magna, a demora para o término da Instrução Criminal apresenta-se, até o momento, plenamente justificada, bem como a manutenção da custódia cautelar do paciente.

Face ao exposto, e em consonância com a douta Procuradoria de Justiça, **voto pela denegação da ordem.**

Recife/PE, 18 de  de 2014.


Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima
Relator Substituto